

Câmara Municipal de Pelotas  
Documento Protocolado  
Sub Nº 8257  
Em 01/12/15  
Responsável



Município de Pelotas-01-Dez-2015-08:37-008257-1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 30 de novembro de 2015.

**MENSAGEM Nº 072/2015.**

Senhor Presidente,

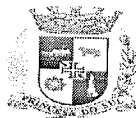
Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Emenda anexo, que altera o Projeto de Lei enviado através da Mensagem nº 062/2015, que dispõe sobre a alteração na sistemática de cobrança pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de efluentes por parte do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo em regime de urgência, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

  
**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**Ademar Fernandes de Ornel**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
**Pelotas-RS.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI 7.111/2015**

**MENSAGEM 062/2015.**

*Dispõe sobre a alteração na sistemática de cobrança pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de efluentes por parte do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, e dá outras providências.*

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.  
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

**Art. 1º** Acresce ao art. 3º, em seu parágrafo 1º, o inciso VII, com a seguinte redação:

VII – Templos religiosos e casas de religião: quando a água é utilizada para abastecer templos religiosos e casas de religião. Ficando os mesmos isentos do pagamento até o limite de 30 m<sup>3</sup> de consumo, sendo o excedente enquadrado na categoria filantrópica.

**Art. 2º** Acresce ao art. 3º, o parágrafo 8º, com a seguinte redação:

§ 8º Os usuários do serviço, que não integrem o cadastro da SANEP, para fazer jus ao enquadramento no inciso VII do § 1º do art. 3º, deverão requerer frente à Autarquia, apresentando os seguintes documentos:

a) Declaração, com firma devidamente reconhecida, informando que possui ou responde por templo religioso ou casa de religião, assumindo a responsabilidade cível e criminal pela informação prestada.

**Art. 3º** Acresce ao art. 3º, o parágrafo 9º, com a seguinte redação:

§ 9º O enquadramento no inciso VII do § 1º do art. 3º, ficada condicionado ainda a conclusão da vistoria no local, a ser realizada pelo SANEP.

**Art. 4º** Acresce ao art. 6º um parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único: Os templos religiosos e casas de religião ficam isentos do pagamento da tarifa de esgoto.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 30 de novembro de 2015.

**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Pelotas  
Documento Protocolado  
Sub Nº 8257  
Em 01/12/15  
D.  
Responsável



Prefeitura Municipal de Pelotas-01-Dez-2015-08137-008257-1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 30 de novembro de 2015.

**MENSAGEM Nº 072/2015.**

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Emenda anexo, que altera o Projeto de Lei enviado através da Mensagem nº 062/2015, que dispõe sobre a alteração na sistemática de cobrança pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de efluentes por parte do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo em regime de urgência, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Ademar Fernandes de Ornel**

DD. Presidente da Câmara Municipal

**Pelotas-RS.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
GABINETE DO PREFEITO**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI 7.111/2015**

**MENSAGEM 062/2015.**

*Dispõe sobre a alteração na sistemática de cobrança pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de efluentes por parte do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, e dá outras providências.*

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

**Art. 1º** Acresce ao art. 3º, em seu parágrafo 1º, o inciso VII, com a seguinte redação:

VII – Templos religiosos e casas de religião: quando a água é utilizada para abastecer templos religiosos e casas de religião. Ficando os mesmos isentos do pagamento até o limite de 30 m<sup>3</sup> de consumo, sendo o excedente enquadrado na categoria filantrópica.

**Art. 2º** Acresce ao art. 3º, o parágrafo 8º, com a seguinte redação:

§ 8º Os usuários do serviço, que não integrem o cadastro da SANEP, para fazer jus ao enquadramento no inciso VII do § 1º do art. 3º, deverão requerer frente à Autarquia, apresentando os seguintes documentos:

a) Declaração, com firma devidamente reconhecida, informando que possui ou responde por templo religioso ou casa de religião, assumindo a responsabilidade cível e criminal pela informação prestada.

**Art. 3º** Acresce ao art. 3º, o parágrafo 9º, com a seguinte redação:

§ 9º O enquadramento no inciso VII do § 1º do art. 3º, ficada condicionado ainda a conclusão da vistoria no local, a ser realizada pelo SANEP.

**Art. 4º** Acresce ao art. 6º um parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único: Os templos religiosos e casas de religião ficam isentos do pagamento da tarifa de esgoto.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 30 de novembro de 2015.

**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal